



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 342544-3

Impetrante: Wilker Coutinho Dantas

Advogada: Cícera Maria Lins dos Santos

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. NÃO INCLUSÃO EM LISTA DE ACESSO POR ESTAR RESPONDENDO A PROCESSO CRIME. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA DE FORMA INDISCREPANTE.

1. O ato administrativo impugnado encontra respaldo no art. 21, XII, da Lei Complementar Estadual nº 134/08, o qual dispõe expressamente que não será incluído em Quadro de Acesso o graduado processado criminalmente, não havendo que se falar, portanto, em ilegalidade ou abusividade na conduta da autoridade coatora.

2. Ademais, é assente a jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte de Justiça no sentido de que não viola a garantia constitucional da presunção de inocência o fato da legislação ordinária vedar a inclusão do militar que responde a processo criminal em quadro de acesso à promoção.

3. À unanimidade de votos, foi denegada a segurança pleiteada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 342544-3, em sessão realizada no dia 24 de 09 de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a segurança pleiteada, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 24 de 09 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



71
0

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 342544-3

Impetrante: Wilker Coutinho Dantas

Advogada: Cícera Maria Lins dos Santos

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, através do qual pretende o impetrante obter promoção à graduação de 3º Sargento PM em homenagem aos princípios da isonomia e impessoalidade.

Em sua minuta, de fls. 02/08, o impetrante afirma que, apesar de ter participado e concluído com êxito o Curso de Formação de Sargentos da PMPE realizado no período de 21/05/2012 a 12/09/2012, teve negada a respectiva promoção ao posto em questão pelo fato de encontrar-se respondendo a dois processos criminais, na forma do art. 21, XII, LC nº 134/08.

Prossegue aduzindo que, com vistas à regra de exceção insculpida no sobredito dispositivo legal, que permite o ingresso do denunciado no Quadro de Acesso quando houver aprovação de 2/3 dos membros integrantes da comissão de promoção de praças, formulou requerimento administrativo, o qual, contudo, restou indeferido por força de decisão exarada no Aditamento ao Boletim Geral nº 1.0.00.0 084, de 08 de maio de 2014 (fls. 18/23).

Todavia, ao tomar ciência de decisões proferidas pela autoridade coatora em sentido favorável à promoção de militares também criminalmente processados, isto é, em situações similares a sua, passou a entender que faria jus à promoção postulada, em homenagem aos princípios da isonomia e impessoalidade, aviando a presente ação mandamental.

Por meio da decisão interlocutória de fls. 45/46, restou indeferido o pleito de liminar, em atenção à vedação preconizada no art. 1º, §3º, da Lei nº 8.437/92.

Em suas informações, acostadas às fls. 55/62, a autoridade apontada como coatora defende a inexistência de direito



12
10

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

líquido e certo a amparar a pretensão do demandante, pugnando pela denegação da segurança.

Instada a se manifestar, a douda Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 65/68, opinando pela denegação da segurança.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 11 de setembro de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



77~

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 342544-3

Impetrante: Wilker Coutinho Dantas

Advogada: Cícera Maria Lins dos Santos

Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

VOTO

Como visto, o cerne da questão em apreço reside em definir se o impetrante possui direito ou não à promoção para a graduação de 3º Sargento da Polícia Militar de Pernambuco, considerando-se o critério da antiguidade.

Consoante regra estampada no artigo 5º, inciso LXIX da CF/88, *"conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público"*.

Como visto, para o adequado manejo da via excepcional do *mandamus*, exige o texto constitucional a demonstração, de forma clara e inequívoca, logo no limiar do processo, pelo impetrante, da liquidez e certeza do direito subjetivo que alega haver sido violado, bem assim da ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade ou pessoa a ela equiparada.

Por conseguinte, deve a petição inicial do remédio heroico vir acompanhada de todos os documentos indispensáveis à comprovação dos fatos suscitados, de modo que fiquem afastados quaisquer resquícios de dúvida quanto ao malferimento do direito líquido e certo invocado.

Não é essa, contudo, a situação do caso em análise, senão vejamos.

É bem certo que a promoção de praças na Polícia Militar de Pernambuco é regulada atualmente pela Lei Complementar Estadual nº 134/08, que, em seu art. 21, XII, dispõe que não será incluído em Quadro de Acesso o graduado processado criminalmente, *in verbis*:

Art. 21. Não será incluído em QA o graduado que:

04 - MS 342544-3

Praça da República S/N, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.

78
r

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

(...)

XII - for denunciado em processo crime, enquanto a sentença não transitar em julgado, exceto quando o seu ingresso em quadro de acesso for aprovado por voto, devidamente fundamentado, por 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comissão de Promoção de Praças.

Como visto, o ato administrativo impugnado encontra-se inteiramente respaldado pela legislação aplicável à espécie, inexistindo, portanto, qualquer ilegalidade ou abusividade na conduta da autoridade coatora.

Ademais, é assente a jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte de Justiça no sentido de que não viola a garantia constitucional da presunção de inocência o fato da legislação ordinária vedar a inclusão do militar que responde a processo criminal em quadro de acesso à promoção, senão vejamos as ementas de esclarecedores julgados do STF, STJ e TJPE:

EMENTA - Policial militar. Promoção. Alegação de ofensa ao artigo 5º, LVII, da Constituição. - Esta Primeira Turma, ao julgar o RE 210.363, que tratava de questão análoga à presente (era relativa a não poder ser incluído no quadro de acesso a promoção por estar o militar "sub iudice"), decidiu que inexistia a alegada ofensa ao artigo 5º, LVII, da Constituição, por se circunscrever essa norma ao âmbito penal, não impedindo, portanto, que a legislação ordinária não admita a inclusão do militar no quadro de acesso a promoção por ter sido denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado. Dessa orientação, que foi reiterada no julgamento do RE 141.787, divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido (RE 245332 / CE, Rel. Min. Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 09/10/2001).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR. EXCLUSÃO DA LISTA DE PROMOÇÃO. OFENSA AO ART. 5º, LVII DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. 1. Pacificou-se, no âmbito da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, o entendimento segundo o qual inexistente violação ao princípio da presunção de inocência (CF/88, art. 5º, LVII) no fato de a legislação ordinária não permitir a inclusão de oficial militar no quadro de acesso à promoção em face de denúncia em processo criminal, desde que previsto o ressarcimento em caso de absolvição. 2. Precedentes. 3. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 356.119/RN, 1ª Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJU de 07/02/2003).

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. SUB JUDICE. PROMOÇÃO. Não viola o princípio da presunção de inocência o impedimento, previsto em legislação ordinária (Decreto nº 8.463/80 - Estado da Paraíba), de inclusão do

79
~

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

militar sub judice - denunciado em processo crime - em lista de promoção. Recurso desprovido (RMS 16796 / PB, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5 - QUINTA TURMA, DJ 19/05/2005).

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES ESTADUAIS RESPONDENDO A PROCESSO PENAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR. INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. É firme a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que, estando os respectivos militares respondendo a processo penal, ainda que não tenha havido a condenação, são impossibilitados de participar da lista de acesso a promoções e que a legislação ordinária que assim determina não viola a garantia constitucional da presunção de inocência. Recurso desprovido. (RMS 17.064/PB, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 27/09/2004).

ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINAR DE NÃO FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO - REJEITADA - POLICIAL MILITAR - QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE - EXCLUSÃO - PRÁTICA DE CRIME - LEI ESTADUAL 6.784/74 - SEGURANÇA DENEGADA.- Não há que se falar em litisconsórcio passivo necessário quando eventual concessão da segurança não modificar a situação jurídica dos supostos litisconsortes.- O Impetrante encontra-se denunciado perante a Justiça Militar do Estado de Pernambuco, em decorrência de sua participação no fato típico previsto nos arts. 169 c/c 248 c/c 79, do Código Penal Militar.- A promoção de oficiais é regulada pela Lei Estadual nº 6784/74 que estabelece no seu art. 13 que é requisito para a promoção dos oficiais estarem estes incluídos no Quadro de Acesso. Por sua vez, o art. 29 da referida Lei estabelece que o oficial não poderá constar de qualquer quadro de acesso quando for denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado.- Faz-se premente a observância, no âmbito da Polícia Militar, de rígidas regras de disciplina e hierarquia, necessárias à manutenção da ética da Corporação, tendo em vista sua finalidade primordial de resguardo da Segurança e Ordem Públicas, pelo que é lícita a restrição que a Lei Estadual nº 6784/74 faz à inclusão de oficiais nos seus quadros de acesso à promoção.- À unanimidade, denegou-se a segurança pleiteada (MS 168802-6, Rel. Des. Leopoldo de Arruda Raposo, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, DJ 20/8/2008).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DO MANDAMUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 37 DO TJPE. EXCLUSÃO DE POLICIAL MILITAR DA LISTA DE PROMOÇÃO. EXISTÊNCIA DE PROCESSO CRIME AINDA NÃO SENTENCIADO. PREVISÃO EM LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE RESSARCIMENTO EM CASO DE ABSOLVIÇÃO AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE



80
r

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

INOCÊNCIA. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJPE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO IMPROVIDO. Possibilidade de a legislação restringir a inclusão de praça na lista de acesso à promoção em casos de denúncia em processo criminal, apenas condicionando tal óbice a uma futura previsão de ressarcimento na hipótese de absolvição, o que existe na norma estadual aplicável à espécie, conforme preceitua o artigo 15, inciso III, da Lei nº 12.344/2003. Ausência de violação ao princípio da presunção de inocência. Precedentes das Cortes Superiores e do Eg. TJPE. Inexistência de direito líquido e certo. Manutenção da decisão que indeferiu a petição inicial. Aplicação da Súmula nº 37/TJPE. Agravo Regimental improvido (Areg 170143-3/01, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, 2º Grupo de Câmaras Cíveis, DJ 20/8/2008).

Ante o exposto, voto pela denegação da segurança pleiteada.

É como voto.

Recife, 1 de 09 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator